

PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 93.169.340/0001-21 – NIRE 43 3 0003125 0

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Paludo Participações S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais. Porto Alegre, RS, 20 de agosto de 2024. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	01/01/2022	31/12/2023	01/01/2022		31/12/2023	01/01/2022	31/12/2023	01/01/2022
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	112.274	750	644.326	236.123	Empréstimos e financiamentos	3.036	6.133	492.947	483.024
Títulos e valores mobiliários	-	-	63.011	2.276	Fornecedores	127	114	146.563	182.312
Contas a receber de clientes	-	-	422.961	433.291	Contas a pagar a/prelacionadas	9	-	7.364	89
Ativo de contrato	-	-	2.157	6.951	Obrigações fiscais e sociais	17	6.699	125.311	82.295
Contas a rec. de/prelacionadas	7	-	965	2.054	Obrig. e provisões trabalhistas	435	416	26.268	23.714
Estoque	-	-	505.781	682.204	Dividendos propostos	9/19,d	40.697	93.845	69.056
Impostos a recuperar	749	375	83.552	91.556	Débitos com/prelacionadas	9	-	21.572	-
Despesas antecipadas	94	30	8.859	11.301	Passivo de direito de uso	15	-	11.550	10.727
Dividendos a receber	71.933	45.499	48.597	-	Outras contas a pagar	74	76	76.601	63.425
Outras contas a receber	185.933	47.645	1.759.636	1.532.037	Passivo não circulante				
Ativo não circulante					Empréstimos e financiamentos	11.468	14.570	844.690	580.303
Aplicações financeiras	13.709	62	17.911	3.098	Fornecedores	-	-	16	-
Contas a receber de clientes	6	-	45.103	61.897	Obrigações fiscais e sociais	17	-	26.120	36.846
Ativo de contrato	-	-	17.615	5.257	Débitos com/prelacionadas	9	43.720	43.666	63.319
Impostos a recuperar	8	-	28.676	9.297	Impostos diferidos	23	2.244	110.635	88.026
Impostos diferidos	23	742	68.936	47.315	Provisão para litígios	18	293	7.238	3.861
Créditos com/prelacionadas	9	-	591	-	Passivo a desc. em controlada	11	904	-	-
Bens não de uso próprio	-	-	-	-	Passivo de direito de uso	15	-	12.121	20.780
Outros créditos	10/17	148	61.033	43.449	Outras contas a pagar	4.700	-	4.987	5.045
Investimentos	11	14.599	239.274	170.313	Patrimônio líquido	63.329	70.042	1.049.473	798.180
Propriedades p/investimento	12	45.907	302.073	493.396	Capital social	400.000	400.000	400.000	400.000
Imobilizado	13	120	644.726	535.173	Reservas de lucros	809.442	498.988	809.442	498.988
Intangível	14	214	57.963	35.700	Ações em tesouraria	(30.030)	(30.030)	(30.030)	(30.030)
Ativos de direito de uso	15	-	21.841	29.843	Outros resultados abrangentes	(172.057)	29.925	(172.057)	29.925
Total do ativo			1.175.748	1.023.060	Total do patric. dos controladores	1.007.355	898.883	1.007.355	898.883
					Partic. de acionistas não control.	-	-	33.074	24.240
					Total do patrimônio líquido	1.007.355	898.883	1.040.429	923.123
					Total do passivo e patrimônio líquido	1.175.748	1.023.060	3.091.923	2.849.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladores					Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Lucros a distribuir	Ações em tesouraria		
Saldos em 01/01/2022	200.000	27.287	238.365	36.082	(30.030)	21.282	537.942
Realização líquida do custo atribuído-controlada	19.c	-	-	-	-	(4.219)	-
Outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	12.862	12.862
Aumento do capital social	19.a	200.000	(200.000)	-	-	-	-
Venda de investimento	-	-	-	-	-	-	(10)
Reversão de dividendos	-	-	-	37.540	-	37.540	37.540
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	396.190	406.594
Destinações:							
Constituição de reserva legal	19.b	-	8.568	-	-	(8.568)	-
Dividendos obrigatórios propostos	19.d	-	-	-	-	(40.695)	(40.695)
Dividendos adicionais de anos anteriores propostos	19.d	-	-	-	-	-	(28.897)
Constituição de reserva especial	19.b	-	-	351.146	-	(351.146)	-
Saldos em 31/12/2022 (reapresentado)	400.000	35.855	389.511	73.622	(30.030)	29.925	923.123
Participação minoritária oriunda da consolidação MTLA	-	-	-	-	-	-	-
Realização líquida do custo atribuído-controlada	19.c	-	-	-	-	(4.237)	4.237
Outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	(197.745)	(197.745)
Reversão de dividendos	-	-	-	15.698	-	15.698	15.698
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	381.008	381.008
Destinações:							
Constituição de reserva legal	19.b	-	19.050	-	-	(19.050)	-
Dividendos obrigatórios propostos	19.d	-	-	-	-	(90.489)	(90.489)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(491)
Dividendos adicionais de anos anteriores propostos	19.d	-	-	-	-	-	(6.640)
Constituição de reserva especial	19.b	-	-	275.706	-	(275.706)	-
Saldos em 31/12/2023	400.000	54.905	665.217	89.320	(30.030)	(172.057)	1.040.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Paludo Participações S.A. ("Companhia"), com sede na Av. Severo Dullius, 1395, 9º andar, Porto Alegre/RS, tem como objetivo representações comerciais, participações em outras sociedades, administração de imóveis, prestação de serviços a empresas controladas e coligadas.

1.1. Transações relevantes no exercício: Participação em controladas: Em 22 de março de 2023, a Administração da Companhia aprovou a incorporação da empresa controlada Vipar Participações Ltda, cujo valor contábil do patrimônio líquido era de R\$25.846. Em 29 de maio de 2023, a Paludo Participações S.A. retirou-se da empresa Marpal Administração e Participações Ltda ("Marpal"), cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas para Borrachas Vipal S.A., totalizando o montante de R\$2.189. Essa cessão ocorreu com o aumento do capital social na empresa Borrachas Vipal S.A. mediante a emissão de 1.043 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço global de R\$2.189, por subscrição e integralização através do aporte da totalidade das quotas sociais detidas na Marpal. Participação em coligada: A Administração da Companhia decidiu reclassificar seu investimento na Coligada FATE S.A.I.C.I. para investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Inicialmente o investimento foi classificado como ativo mantido para venda. O efeito desta reclassificação foi registrado no patrimônio líquido da Companhia.

financeiras da Companhia através do método de equivalência patrimonial, conforme prevê o CPC 19 (R2) – Investimento em empreendimentos em conjunto. **2.3. Participação em Joint Ventures:** A Companhia mantém participação em *joint ventures*, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto de várias atividades das Companhias. As demonstrações financeiras das *joint ventures* são preparadas para o mesmo período de divulgação. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia bem como para eliminar ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Borrachas Vipal S.A. e as suas *joint ventures*. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornecer evidências de redução do valor realizável de ativos. **2.4. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluir que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos e prestação de serviços: A receita de venda de produtos é reconhecida pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia e suas Controladas têm de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. *Abatimentos por volume (bonificação por performance comercial):* As Controladas oferecem abatimentos por volume para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. As Controladas também são partes de contratos nos quais entregam cargas bonificadas de produtos a clientes, tendo como contrapartida por parte desses clientes o atingimento de metas de compras durante um período de tempo determinado contratualmente. Os custos incorridos a título de bonificação são considerados custos incrementais necessários para a obtenção de um contrato com cliente e, portanto, são registrados como despesa antecipada no momento da entrega dos produtos e amortizado pelo tempo do contrato e conforme o atingimento das metas pelo cliente. *Recalculação de juros:* Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras da coligada e das controladas indiretas localizadas no exterior são convertidas para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios, sendo os efeitos dessa conversão registrados em conta específica do patrimônio líquido da controladora. *Economia hiperinflacionária:* Para fins de conversão dos saldos contábeis das unidades na Argentina para a moeda de apresentação (Reais (BRL)) utilizadas nas demonstrações financeiras contábeis da controladora Borrachas Vipal S.A., foram adotados os seguintes procedimentos requeridos pelo CPC 02 (R2) / IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras: Os montantes de ativos, passivos e itens do patrimônio líquido foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício de \$0,005992 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2023 (\$0,02955 em 31 de dezembro de 2022); e • Os montantes de receitas e despesas do exercício foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício de \$0,005992 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2023 (\$0,02955 em 31 de dezembro de 2022). *Correção Monetária por hiperinflação - CPC 42 / IAS 29:* Com inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos na Argentina, a aplicação do CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em economia hiperinflacionária - passou a ser requerida no exercício de 2018 para as unidades da Controlada nesse país. A inflação acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 211,4% (94,79% em 31 de dezembro de 2022), conforme IPC. A controlada Borrachas Vipal S.A. efetuou a correção monetária na sua controlada Vipal S.A., sediada na Argentina, e em sua filial Borrachas Vipal Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido foram atualizados pela inflação. Os impactos da correção monetária até o exercício de 2017 foram registrados em "outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. O efeito em 2023 no consolidado foi uma perda de R\$1.926 (ganho de R\$2.223 em 2022). Considerando que as Demonstrações Financeiras da coligada FATE S.A.I.C.I. não atendem em práticas adotadas no Brasil, o impacto da hiperinflação foi considerado como variação cambial e registrado em "outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. O efeito em 2023 foi uma perda de R\$179.053 (ganho de R\$23.235 em 2022). *Transações denominadas em moeda estrangeira:* Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.6. Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. *Materiais primas, materiais de embalagem, intermediários e diversos:* Valorizadas ao custo médio de aquisição. *Produtos acabados e em elaboração:* Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. **2.7. Investimentos:** Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2) / IAS 18, para fins de demonstrações financeiras da controladora. O investimento é deduzido de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Após reduzir até zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. **2.8. Imobilizado:** Imobilizados são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por *impairment*, quando aplicável. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. **2.9. Ágio, mais valia e outros ativos intangíveis:** *Ágio:* O ágio apurado em aquisição de investimento é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos a valor justo adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de perda por desvalorização anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas de "intangível", no consolidado. Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio será incluído na determinação dos ganhos e perdas. *Mais valia de ativos:* Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A mais valia de ativos é reclassificada para as rubricas correspondentes, no consolidado. *Outros ativos intangíveis:* São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por software e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. **2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	01/01/2022	31/12/2023	01/01/2022
Receita operacional líquida	20	3.319	2.937	2.678.235
Custo dos produtos vendidos	21	-	-	(1.717.109)
Lucro bruto		3.319	2.937	961.126
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	21	-	-	(246.320)
Despesas administrativas e gerais	21	(19.296)	(6.383)	(253.692)
Resultado da equivalência patrimonial	11	484.755	414.056	188.048
Outras receitas (despesas) líquidas	21	(3.096)	140	24.302
Resultado operacional		465.682	410.750	673.464
Receitas financeiras	22	93.606	148	303.701
Despesas financeiras	22	(169.923)	(11.260)	(547.739)
Resultado antes dos imp. sobre o lucro		389.365	399.638	429.426
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	23	(8.253)	(3.261)	(40.706)
Diferido	23	(104)	(187)	(5.887)
Lucro líquido do exercício		381.008	396.190	394.707
Atribuível a:				
Acionistas controladores				381.008
Acionistas não controladores				13.699
				394.707

Lucro por ação do capital social - em Reais 13.911,48 14.465,81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	381.008	396.190	394.707	406.594
Outros resultados abrangentes:				
Efeito ajuste reflexo de economia hiperinflacionária em controladas e filiais no exterior	9.577	15.332	9.577	15.332
Variação cambial de coligada e reflexa de controladas e filiais no exterior	(207.322)	(2.470)	(207.323)	(2.470)
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	183.263	409.052	196.961	419.456
Atribuível a:				
Acionistas controladores				183.263
Acionistas não controladores				13.699
				196.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	389.365	399.638	429.426	422.935
Ajustes para conciliar o result. às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	432	429	60.811	53.696
Baixa propriedade para investimento	153	329	312	329
Efeito Hiperinflação - CPC 42	-	-	(9.443)	(9.745)
Resultado nas baixas de investimento e imobilizado	-	1	6.325	3.832
Realização de ajuste a valor presente - CPC 06	-	-	1.783	1.972
Perda na aquisição / venda de investimentos	-	15	-	15
Resultado da equivalência patrimonial	(484.755)	(414.056)	(188.048)	(227.837)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	7.737	367
Provisão para estoques obsoletos	-	-	(1.252)	78
Provisão para litígios	277	-	3.377	(2.682)
Compra vantajosa em combinação de negócios	-	-	(10.821)	-
Ganho valor justo imobilizado	-	-	(25.250)	-
Juros e atualiz. monetária sobre empréstimos	3.432	11.134	137.450	8

»»» Continuação PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais)

Imposto de renda e contribuição social: Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, que serão compensados com tributos da mesma natureza, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL os quais serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais. Em 24 de setembro de 2021, em decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, foi declarada inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em razão desta decisão, a controlada Borrachas Vipal S.A. reconheceu o crédito tributário no valor de R\$11.052 e atualização monetária de R\$5.434 no Consolidado, bem como a exclusão permanente de tais valores de sua base de cálculo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Em 14 de setembro de 2022, a Controlada obteve trânsito em julgado no processo sobre o respectivo tema e os créditos vem sendo utilizados para compensar débitos federais. ICMS, PIS e COFINS sobre o imobilizado: São valores referentes à parcela do crédito fiscal incidente sobre as aquisições de imobilizado tais como máquinas, equipamentos, construções, imóveis, e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos com a finalidade de utilização na produção de bens e/ou serviços destinados à venda. ICMS, PIS e COFINS: Referem-se a créditos gerados nas operações normais das Controladas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. A estimativa de realização dos impostos sobre as vendas ICMS, PIS e COFINS é avaliada pela Administração das Controladas com base em projeções estimadas de vendas de produtos e em ressarcimento ou compensação de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação das Controladas. Os prazos estimados de realização desses ativos são em até 90 dias respeitando a competência para pedidos de ressarcimento.

9. INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS: Os saldos e transações mantidas pela Companhia com suas controladas e demais partes relacionadas são apresentadas a seguir:

Table with columns: Ativo não circulante, Passivo não circulante, Receitas, Despesas. Rows include APDPAR Participações Ltda, Arpal Participações S.A, BR Plásticos Indústria Ltda, Vitapar Participações Ltda, Acionistas minoritários pessoas físicas, etc.

14. INTANGÍVEL: Table with columns: Saldos em 01/01/2022, Adições, Amortização, Variação cambial, Transferências, Saldos em 31/12/2022, etc. Rows include Goodwill, Mais valia de ativos, Marca, Software, Intangível em andamento, etc.

15. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO: Table with columns: Saldo em 01 de janeiro de 2022, Movimentação do ativo de direito de uso, Saldo em 31 de dezembro de 2022, etc.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Taxa média ponderada (i) e Indexador. Table with columns: ponderada (i), Indexador, 31/12/2023, 01/01/2022, etc.

11. INVESTIMENTOS: Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022, 01/01/2022, 31/12/2023, 31/12/2022, 01/01/2022. Rows include Empresas controladas, coligada e sociedade controlada em conjunto, etc.

Table with columns: Borrachas Vipal S.A. (a), BR Plásticos Indústria Ltda. (b), Marpal Adm. e Participações Ltda. (c), etc. Rows include Total de ativos, Total de passivos, Receita líquida, etc.

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO: Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022, 01/01/2022, 31/12/2023, 31/12/2022, 01/01/2022. Rows include Terrenos, prédios e benfeitorias, etc.

13. IMOBILIZADO: Table with columns: Saldos em 01/01/2022, Adições, Depreciação, Baixas, Saldos em 31/12/2022, etc. Rows include Móveis e utensílios / equipamentos, etc.

Table with columns: Vida útil em anos, Saldos em 01/01/2022, Adições, Depreciação, Baixas, Saldos em 31/12/2022, etc. Rows include Terrenos, Prédios, Benfeitorias, etc.

Table with columns: Vida útil em anos, Saldos em 31/12/2022, Adições, Depreciação, Baixas, Saldos em 31/12/2023, etc. Rows include Terrenos, Prédios, Benfeitorias, etc.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 totalizava R\$400.000, representado por 27.388 ações nominativas, sendo 12.165 ações ordinárias nominativas e 15.223 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, pertencentes em sua totalidade a acionistas domiciliados no País. b) Reservas de lucros: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva especial: Tem por finalidade assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das atividades sociais. Lucro a distribuir: Montante remanescente de lucros retidos é objeto de proposta da Administração da Companhia para futura distribuição. O saldo das reservas de lucros, excetuadas as reservas de incentivos fiscais e reservas de lucro a realizar, é limitado ao capital social da Companhia, devendo quando houver excedente ao capital social ser levado à Assembleia Geral Ordinária para deliberação. c) Outros resultados abrangentes: Custo atribuído ativo imobilizado: A Companhia reconhece nesta rubrica o saldo de reserva de reavaliações de ativos permanentes efetuada em anos anteriores e o novo saldo do custo atribuído (deemed cost) registrado, líquidos dos efeitos tributários, de controladas e coligadas de forma reflexa. Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. Variação cambial de coligada e controladas indiretas no exterior: A Companhia reconhece nessa rubrica os efeitos da variação cambial sobre os investimentos em empresas coligada e controladas indiretas domiciliadas no exterior de forma reflexa. O efeito da variação cambial acumulada sobre os investimentos somente é transferido para o resultado do exercício no momento da alienação desses investimentos. d) Dividendos: De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022, 01/01/2022, 31/12/2023, 31/12/2022, 01/01/2022. Rows include Lucro líquido do exercício, Constituição de reserva legal, Base de cálculo dos dividendos, Dividendo mínimo obrigatório, etc.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição: Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Receita bruta de vendas e serviços, Devolução de vendas, Impostos sobre a venda, Receita operacional líquida, etc.

Table with columns: Descrição dos covenants, Índice requerido. Rows include Índice de Alavancagem - dívida financeira líquida/EBITDA, etc.

Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022, 01/01/2022, 31/12/2023, 31/12/2022, 01/01/2022. Rows include Encargos sociais sobre folha de pagamento, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Parcelamento ordinário - débitos Federais e Estaduais, etc.

Table with columns: Cível, Total, Tributário, Consolidação, Trabalhista, Total. Rows include Saldos em 01/01/2022, Complementos e atualizações, Saldos em 31/12/2022, etc.

Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022, 01/01/2022, 31/12/2023, 31/12/2022, 01/01/2022. Rows include Saldos em 01/01/2022, Saldos em 31/12/2022, Saldos em 31/12/2023, etc.

Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022, 01/01/2022, 31/12/2023, 31/12/2022, 01/01/2022. Rows include Saldos em 01/01/2022, Saldos em 31/12/2022, Saldos em 31/12/2023, etc.

»» Continuação		PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A.		NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais)	
21. DESPESAS POR NATUREZA: A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza.					
	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Despesas por função					
Custo dos produtos vendidos	-	-	(1.717.109)	(1.933.524)	
Despesas com vendas	-	-	(246.320)	(277.907)	
Despesas administrativas e gerais	(19.296)	(6.383)	(253.692)	(215.648)	
Outras (despesas) receitas, líquidas	(3.096)	140	24.302	18.045	
	(22.392)	(6.243)	(2.192.819)	(2.409.034)	
Despesas por natureza					
Depreciação e amortização	(431)	(429)	(43.098)	(39.519)	
Amortização de ativos de direito de uso CPC 06	-	-	(10.640)	(8.800)	
Amortização de mais valia de ativos	-	-	(7.165)	(5.377)	
Perda em investimentos	-	(15)	-	(15)	
Despesas com pessoal	(5.427)	(4.103)	(347.409)	(317.821)	
Matéria prima e materiais de uso e consumo	-	-	(1.436.931)	(1.672.368)	
Fretes	-	-	(111.903)	(147.472)	
Consultoria e assessoria	(15.391)	(358)	(49.598)	(31.804)	
Bonificações em produto	-	-	(17.485)	(29.827)	
Compra vantajosa (Business Combination)	-	-	10.821	-	
Energia elétrica	-	-	(34.849)	(38.197)	
Ganho valor justo do imobilizado	-	-	25.250	-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(7.213)	(367)	
Outras despesas, líquidas	(1.143)	(1.338)	(162.599)	(117.467)	
	(22.392)	(6.243)	(2.192.819)	(2.409.034)	
22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS: As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão demonstradas a seguir:					
	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Receitas financeiras					
Juros recebidos de clientes	17	4	8.399	9.143	
Descontos recebidos	-	1	438	758	
Rendimentos em aplicações financeiras	2.213	143	41.963	20.529	
Rendimentos em aplicações financeiras (exterior)	86.939	-	86.939	-	
Ajuste de hiperinflação de controlada	-	-	2.522	-	
Variação cambial ativa	4.437	-	150.669	258.639	
Reversão de avais de terceiros	-	-	4.034	176	
Outras receitas financeiras	-	-	11.859	11.171	
	93.606	148	303.701	302.938	
Despesas financeiras					
Juros passivos	(566)	(7.559)	(5.447)	(44.067)	
Descontos concedidos	-	-	(2.354)	(2.635)	
Juros sobre financiamentos	(2.878)	(3.657)	(156.735)	(112.976)	
Impostos sobre operações financeiras	-	-	(264)	(1.071)	
Variação cambial passiva	(158.773)	-	(363.545)	(283.016)	
Ajustes de hiperinflação de controlada indireta	-	-	(1.926)	(299)	
Despesas bancárias	(3)	(3)	(7.489)	(3.975)	
Outras despesas financeiras	(7.703)	(41)	(10.070)	(1.468)	
	(169.923)	(11.260)	(547.739)	(449.507)	
	(76.317)	(11.112)	(244.038)	(146.569)	
23. IMPOSTO SOBRE O LUCRO: A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está descrita a seguir:					
	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	389.365	399.638	429.426	422.935	
Alíquota fiscal de 34%	(132.384)	(135.877)	(146.005)	(143.798)	
- Resultado de equivalência patrimonial	164.817	140.779	63.936	77.465	
- Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa referente a exercícios anteriores	-	-	-	13.445	
- Compensação de prejuízos fiscais	-	-	67	124	
- Ajuste de preço de transferência	-	-	-	(1.538)	
- Ajustes inovação tecnológica	-	-	4.782	3.541	
- Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não reconhecido	(32.412)	(5.017)	(29.809)	(17.172)	
- Incentivos fiscais de controladas	-	-	86.005	62.284	
- Juros sobre capital próprio	-	-	167	167	
- Juros s/ empréstimos não dedutíveis	-	-	(95)	(2.308)	
- Lucros auferidos no exterior	(8.253)	(3.261)	(8.253)	(4.664)	
- Outros	(125)	(72)	(6.234)	(3.720)	
	(8.357)	(3.448)	(34.719)	(16.341)	
Imposto de renda e contribuição social corrente	(8.253)	(3.261)	(40.706)	(32.365)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	(104)	(187)	5.987	16.024	
Alíquota efetiva	2,15%	0,86%	8,08%	3,86%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se:					
	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Ativo diferido	99	6	349	375	
Provisão para litígios	617	617	14.120	10.057	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	28	60	55	
Provisão para participação nos lucros	-	-	979	908	
Provisão para comissões	-	-	17.775	20.454	
Lucros a realizar em controladas	-	-	694	2.185	
Provisão para avais de terceiros	-	-	879	1.791	
Provisão para fretes	-	-	-	4.776	
Faturamento não embarcado	-	-	-	16.837	
Exigibilidade suspensa sobre obríg. fiscais	-	-	5.029	2.942	
Provisão para honorários jurídicos	-	-	12.908	4.863	
Outras provisões	742	650	68.936	47.315	
Total ativo diferido	742	650	68.936	47.315	
Passivo diferido	-	-	(23.949)	(25.719)	
Custo atribuído ativo imobilizado	-	-	(3.371)	(2.587)	
Capitalização de juros	-	-	(1.875)	(2.242)	
Arrendamento mercantil	(2.244)	(2.048)	(43.773)	(44.779)	
Depreciação vida útil	-	-	(178)	(1.339)	
Depreciação acelerada - fiscal	-	-	(17.601)	(9.459)	
Imposto diferido sobre a mais valia	-	-	(3.017)	-	
Reversão de avais de terceiros	-	-	(3.250)	-	
Compra vantajosa	-	-	-	(8.385)	
Valor justo do imobilizado	-	-	(4.764)	(3.033)	
Provisão ativo de contrato	-	-	-	(472)	
Outras provisões	-	-	-	-	
Total passivo diferido	(2.244)	(2.048)	(110.635)	(88.026)	
Ativo (passivo) diferido, líquido	(1.502)	(1.398)	(41.699)	(40.711)	

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava R\$2.245 de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre os quais não foram constituídos impostos diferidos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Porto Alegre - RS

Aos Administradores e Acionistas da Paludo Participações S.A.

Opinião com Ressalva Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Paludo Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Paludo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: Investimentos: Em 2023, os valores do investimento na coligada Fate S.A.I.C.I., foram reclassificados de ativo mantido para a venda, para o grupo de investimentos. Considerando a mudança de procedimento contábil, tais ajustes foram realizados de forma retrospectiva, ocasionando a reapresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais estão indicados nas notas explicativas "1" e "2.17". Contudo, tais valores não foram convertidos para atendimento das práticas contábeis adotadas no Brasil - IFRS, cujos efeitos no resultado do exercício e, por consequência, no Patrimônio Líquido e nos Investimentos, não foram possíveis quantificar. As demonstrações financeiras da coligada Fate S.A.I.C.I. foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers - PwC, segundo as práticas contábeis adotadas na Argentina. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de agosto de 2024.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RS Nº 006472/O-1
GEORGE ANGNES - Contador - CRC/PR 42667/O-1
MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RS Nº 006472/O-1
FLAVIO JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR - Contador CRC/PR Nº 053251/O-8 T/RS S/PR

Passivo consolidado da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	1.337.637	1.276.555
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(644.326)	(236.123)
(-) Aplicações financeiras	(80.922)	(5.374)
Dívida líquida (A)	612.389	1.035.058
Total do patrimônio líquido (B)	1.040.429	923.123
Relação endividamento líquida sobre patrimônio líquido (A/B)	0,59	1,12

25. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS: A controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste goza de incentivos fiscais descritos abaixo. Desenvolve: O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980 de 12 de dezembro de 2001, instituiu o programa de desenvolvimento industrial e de integração econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, o qual foi concedido à Controlada Indireta. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica deduções de vendas e impostos, não sendo mais necessária a constituição de reserva de patrimônio líquido ou a tributação de imposto sobre sua distribuição mediante a medida judicial do processo nº 1017128-66.2019.4.01.3304. Em 28 de novembro de 2022 foi deferido pelo TRF 1 - Tribunal Regional Federal da primeira Região o acórdão, o qual determinou a constitucionalidade da aplicação realizada pela Controlada Indireta que preferiu a exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ/CSLL. A consequente decisão permitiu a distribuição dos lucros auferidos e constituídos à conta de "Incentivos Fiscais" aos seus sócios e acionistas. Em função disso, em 22 de dezembro de 2022, foi aprovada distribuição de dividendos por meio de Assembleia Geral Extraordinária. Os valores constituídos à conta de "Incentivos Fiscais", no montante de R\$569.248, foram distribuídos aos acionistas da Controlada Indireta como dividendos, sendo R\$544.102 para a controlada Borrachas Vipal S.A., através da compensação com o mútuo existente entre as partes, e R\$25.146 foram destinados ao acionista Alpar Participações Ltda. Em 2023, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da Controlada Indireta, foi de R\$118.851 (R\$105.367 em 2022). Em 18 de dezembro de 2018, a controlada indireta obteve a renovação do incentivo Desenvolve. A vigência do benefício se estenderá até dezembro de 2030. Lucro da exploração: Com fundamento no art.32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, em 18 de agosto de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII do art.6º do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0093/2009, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis à Controlada Indireta, calculado com base no Lucro da Exploração, concedendo um prazo de vigência de 10 anos, com início no ano calendário de 2009, com término previsto para o ano calendário de 2018. Em 26 de dezembro de 2018, a Controlada Indireta obteve a renovação do direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração. A renovação é válida até dezembro de 2028. O pedido de renovação foi atendido pois cumpriu com a exigência do laudo anterior que foi a modernização total do empreendimento. Os valores apurados a título de incentivo estão registrados por competência no resultado do exercício da controlada indireta, e, posteriormente, destinados para a conta de reserva de lucros (reserva de incentivo fiscal) no patrimônio líquido. Em 2023, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da controlada indireta, foi de R\$36.869 (R\$22.555 em 2022). Incentivo de reinvestimento: Conforme o Art. 27 da Portaria nº 283/2013 do Ministério de Integração Nacional, as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação nas áreas da SUDENE possuem benefício para reinvestimento de 30% do imposto de renda devido em projetos de modernização ou complementação de equipamento. Em 2023, o montante total relativo a esse benefício foi registrado no resultado do exercício na Controlada Indireta foi de R\$2.355 (R\$1.354 em 2022). Redução base de cálculo ICMS: A partir da vigência da Lei Complementar nº 180/2017, que incluiu o parágrafo 4º ao artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, são considerados subsídios para investimento, podendo ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL. Desta forma, a Controlada Indireta, em função da redução da base de cálculo do ICMS na venda de seus produtos, efetuou, no ano de 2023, a exclusão da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social o montante de R\$7.298 (R\$5.033 em 2022), constituindo reserva de incentivos fiscais sobre esse benefício gerado.

26. PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADE CONTROLADA EM CONJUNTO (JOINT VENTURE): A Companhia possui participação acionária de 49% na FATE S.A.I.C.I. e 51% na FATE PNEUS DO BRASIL S.A., sendo as joint ventures que se dedicam a fabricação e comercialização de pneus, respectivamente. A composição dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, bem como das receitas e despesas, das entidades controladas em conjunto é a seguinte:

	FATE S.A.I.C.I.		FATE PNEUS BRASIL S.A.	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Ativo circulante	893.840	1.423.772	18.564	20.800
Ativo não circulante	237.290	333.682	16.844	17.126
Passivo circulante	504.256	532.833	515	708
Passivo não circulante	42.827	95.982	8.395	8.395
Patrimônio líquido	584.047	1.128.639	26.498	28.823
Receita líquida	1.453.967	2.474.998	7.516	6.623
Custo dos produtos vendidos	(734.411)	(1.190.652)	(6.254)	(4.756)
Receitas e despesas operacionais	(143.867)	(449.446)	(3.587)	(2.160)
Impostos sobre lucro	(189.497)	(369.383)	-	(228)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	386.192	465.517	(2.252)	(521)
27. COBERTURA DE SEGUROS: A Companhia e suas Controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil.				
Limite				
Risco	31/12/2023		31/12/2022	
Incêndio e riscos diversos	545.155		544.981	
Lucros cessantes	91.884		91.884	
Responsabilidade civil administradores	50.000		50.000	
Responsabilidade civil geral	8.000		8.000	
Conselho de Administração				
ARLINDO PALUDO	MIGUEL PALUDO	MARCELO BERBIGIER WEBER		
Presidente	Vice-Presidente	Conselheiro		
Diretoria				
ARLINDO PALUDO	NADIR LUIZ GUIDOLIN			
Diretor Presidente	Diretor			
Área Contábil				
CLEUSA VENDRAMIN TELLES				
Gerente Contábil - CRC RS - 072781/O-0 - CPF 540.876.270-04				

MÜLLER & PREI

Jornal do Comércio 91
 Canal de economia e negócios do RS

Informação confiável na palma da sua mão

Escane